
Se Deus é menino e menina: a diversidade pede passagem

If God is boy and girl: diversity seeking passage

Marlene Almeida de Ataíde*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo introduzir definições sobre o termo *diversidade*, a fim de consubstanciar o aspecto da diversidade sexual no ambiente escolar. A escola, como instituição tem um papel preponderante na formação crítica dos seus alunos, principalmente ao lhes fornecer um complexo de experiências, relações e atividades, que lhes permitam internalizar ideias, sentimentos e certas formas de ver e de sentir, as quais definem uma dada sociedade, de modo que esses possam conviver respeitosamente com as diversidades postas e cientes da garantia de direitos para todos os cidadãos. Portanto, a escola não deve permanecer alheia às questões referentes à diversidade no seu contexto, sob pena de violação dos direitos humanos consagrados.

Palavras-chave: Diversidade; diversidade sexual; escola.

Abstract: This article aims to introduce definitions of the term diversity in order to substantiate the sexual aspect of diversity in the school environment. The school as an institution has a critical role in the formation of their students, especially by providing them with a complex of experiences, relationships and activities that enable them to internalize ideas, feelings and certain ways of seeing and feeling, which define a given society, so that they can live respectfully with the various positions and aware of the guaranteed rights for all citizens. Therefore, the school should not remain oblivious to issues of diversity in its context, under penalty of violation of human rights enshrined.

Keywords: diversity; sexual diversity; school.

* Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora e pesquisadora no curso de Serviço Social da Unisa/SP. *E-mail:* <maataide@yahoo.com.br>

Introdução

Na cena contemporânea, o termo diversidade desponta com destaque e se apresenta como importante pauta nos debates desenvolvidos pelas diversas áreas do saber. No entanto, apesar desse nível de evidência, constitui-se, ainda, como um conceito não totalmente assimilado e compreendido pela sociedade.

Iniciativas no sentido de chamar a atenção da população para o respeito às diferenças existentes entre os indivíduos, suas expressões e vivências sociais são atualmente observadas, tanto no que se refere aos aspectos básicos, como: gênero, sexo, faixa etária, raça, cor e etnia, como também no tocante aos aspectos específicos, como: orientação sexual, deficiências físicas e cognitivas, através da exposição em campanhas veiculadas nas diversas mídias. Entretanto, ainda são notificados casos de discriminação, de ameaça à integridade e à vida humana com sérias implicações sociais.

Diversidade: mais que um conceito, uma realidade histórico-social

Embasada no texto elaborado por Maria Lúcia Barroco, destinado ao Fórum Social Mundial, em sua análise, Barroco (2006 p. 1) adverte que “a diversidade envolve profissionais, pesquisadores e militantes políticos nos debates que se realizam no campo dos direitos humanos”. Trata-se, portanto, de uma parte constituinte da realidade social, pois a diversidade compreende

as diferentes culturas, raças, etnias; gerações, formas de vida, escolhas, valores, concepções de mundo, crenças, representações simbólicas, enfim, as particularidades do conjunto de expressões, capacidades e necessidades humanas historicamente desenvolvidas. Assim, é elemento constitutivo do gênero humano e afirmação de suas peculiaridades naturais e socioculturais. (BARROCO, 2006, p. 1).

Considera-se, ainda, que a sociedade onde vivemos se configura de forma heterogênea, pois é composta por diferentes grupos humanos com variados interesses, classes e identidades em conflito. Portanto, a sociedade comporta diferenças que vão desde características físicas, psicológicas, sociais, culturais até aquelas sublinhadas por Werneck (1997, p. 42) como “diversidade em última instância”, ou seja, pessoas com algum tipo de deficiência, as quais são expostas aos olhares preconceituosos, que não

respeitam os fatores que são singulares a cada indivíduo. Há de se levar em conta que a diversidade é uma característica humana, que se expressa sob os mais variados aspectos.

A diversidade, apesar de apresentar-se como uma realidade histórica e de compor um cenário de lutas, negação e conflitos, somente ganhou notoriedade nos discursos das várias áreas do saber em função dos movimentos sociais e das lutas de grupos, os quais foram engendrados a partir da década de 90. Nessa década, o termo *diversidade* passou a ocupar espaço nos meios midiáticos e nas áreas das ciências humanas e sociais.

Sodré (2006, p. 8) apresenta dois problemas que traduzem o que se pensa sobre *diversidade e diferença*: o problema do valor e a questão da própria diferença.

Em primeira instância, Sodré (2006, p. 8) aponta o “problema do valor, que entendemos como a orientação prática para a ação social. No valor, se confrontam e se escalonam equivalências diversas”. Para ele “nenhum valor é neutro”, pois reflete as convicções e as crenças de um particular. Isso quer dizer que o valor é algo que tem um significado já demarcado. “Por isso, não basta afirmar que a multiplicidade humana é evidente.”

Assim, com base nesses pressupostos, o conceito de *diversidade* vai além das aparências, pois o olhar, ao mesmo tempo que percebe, também atribui uma valoração e ainda determina uma orientação de conduta que se deve ter sobre o outro.

O segundo problema ao qual se refere Sodré (2006, p. 8) focaliza a questão da diferença: “Tal problema é a diferenciação, quer dizer, saber fazer as diferenças.” Assinala que “o senso comum está habituado a pensar a diferença como um ponto de partida” e, então, julga a partir da “identidade da diferença” do outro, como se a identidade fosse alguma coisa pronta e acabada. Exemplifica, para tanto, o caso de estarmos em determinados espaços e nos depararmos com alguém “com um turbante na cabeça e pensar que já sabe tudo sobre ele, que é, por exemplo, árabe, logo, islamita, logo investido de determinada disposição frente ao mundo”.

No caso do racismo, Sodré (2006, p. 8) assegura que esse assunto “apresenta-se geralmente como esse ‘saber automático’ sobre o outro”, ou que “os preconceitos funcionam assim na prática: valem para qualquer outra forma diversa”. Em complemento, Freire (1996, p. 132) destaca que “o discurso da sociedade é impregnado de preconceitos em relação à diversidade”.

Considerada a análise de Sodré (2006), bem como as características do nosso país, entre as quais a elevada extensão e formação, o Brasil configura-se como um lugar em que as diferenças – sejam do ponto de vista regional, racial ou de classe – tornam-se evidentes. Assim, a forma como essa diversidade é vista pelas mais variadas lentes pode levar a atitudes de discriminação, as quais se revelam no cotidiano das relações sociais.

O conceito de identidade evoca sempre os conceitos de diversidade, isto é, de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc., com os quais ele mantém relações ora dialéticas, ora excludentes, conceitos esses também envolvidos no processo de construção de uma educação democrática. [...] Todos nós, homens e mulheres somos feitos de diversidade. Esta, embora esconda também a semelhança, é geralmente traduzida em diferenças de raças, de culturas, de classe, de sexo ou de gênero, de religião, de idade, etc. A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas. (MUNANGA, s/d, p. 4).

Em relação à questão identitária, sob a ótica de Barroco (2006, p. 1), *identidades* significam a união de alguns grupos sociais, que se diferenciam uns dos outros, porém, isso não pode se manifestar como uma relação excludente, desigual, discriminatória e permeada por *preconceitos*, pois “quando isso ocorre é porque suas diferenças não são aceitas socialmente e, nesse, caso estamos entrando no campo das questões de ordem ética e política, espaço da luta pelo reconhecimento *do direito à diferença*, uma das dimensões dos direitos humanos”.

Por outro lado, a diversidade deve ser compreendida a partir dos contextos social e histórico que envolvem todos os sujeitos sociais, considerando que os indivíduos e a sociedade estão constantemente ligados entre si. Pode-se inferir, ainda, a existência de uma significativa imbricação entre a sociedade e os sujeitos que indicam uma verdadeira unidade entre esses. Nessa perspectiva, o sujeito se constrói em sociedade, e essa é construída a partir do movimento dinâmico entre esses mesmos sujeitos sociais.

Ocorre que, no movimento dinâmico da sociedade em que vivemos, ainda nos deparamos com a discriminação e o preconceito exacerbados contra as pessoas em virtude de suas diferenças – isso é uma realidade. Assim, são atribuídas determinadas características *negativas* a certos padrões de diversidade por meio de manifestações sociais igualmente negativas às pessoas e aos grupos que os detêm.

As manifestações sociais negativas atribuídas justificam o tratamento desigual perante aqueles que possuem características diferentes. Portanto, são situações que podem ocorrer em relação à orientação sexual, religião, identidade de gênero, raça, cor da pele ou etnia, condição física, ao estilo de vida, dentre outras circunstâncias.

Assim, pessoas que atribuem características negativas às outras são aquelas que apresentam dificuldades para uma convivência democrática, respeitosa e harmoniosa com a diversidade no sentido de reconhecer que o diferente goza dos mesmos direitos e deveres, na vida pessoal e na coletiva.

É importante ressaltar que, valorizar e vivenciar o respeito à diversidade, nas suas mais variadas expressões, obviamente, caracteriza uma postura democrática.

*Quando perdemos o direito de ser diferentes,
perdemos o privilégio de sermos livres.*
(anônimo)

Diversidade sexual: e a escola como vai?

*Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou masculino e feminino
Olhei tudo que aprendi
E um belo dia eu vi
Que ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou masculino e feminino
Olhei tudo que aprendi
Que um belo dia eu vi
E vem de lá o meu sentimento de ser*
(Pepeu Gomes, Baby Consuelo e Didi Gomes).

A letra da música “Masculino e feminino”, conforme a epígrafe enunciada, traz uma ideia sobre o conceito de gênero, ou seja, que ele não

significa o mesmo que sexo. Enquanto sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino.

Assim, o termo *diverso* pode ser compreendido como tudo aquilo que está em oposição ao homogêneo, e a diversidade seria, então, a ideia de um movimento que confronta a homogeneização.

No entanto, contemporaneamente, o sujeito desempenha diversos papéis diante da sociedade, assim como se diferenciam nas suas identidades. Nesse sentido, romper com o predeterminismo do que é ser homem e mulher pelo que o indivíduo faz ou deixa de fazer, aflora, ainda mais, a discussão de gênero, questão tão presente em todas as escolas do nosso país.

É nessa perspectiva que surge a pergunta: E a escola como vai? Tal pergunta remete a algumas questões que estão no bojo das reflexões, considerando tratar-se de uma instituição plural, pois nela se congregam as diferenças, seja de classe social, raça, cor, religião, orientação sexual, etnia, gênero, etc., conforme anteriormente mencionado.

Além da questão inicial, uma nova pergunta enseja reflexão: A escola está realmente capacitada para dar conta de tantas demandas, no sentido de ter uma função educacional que contribua para a formação crítica e ética dos seus alunos, especialmente no que diz respeito à questão da sexualidade?

Para Altmann

[...] O tema da sexualidade está na “ordem do dia” da escola. Presente em diversos espaços escolares ultrapassa fronteiras disciplinares e de gênero, permeia conversas entre meninos e meninas e é assunto a ser abordado na sala de aula pelos diferentes especialistas da escola; é tema de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam recreios e festas. Recentemente ela, a sexualidade, foi constituída, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, em tema transversal. (2001, p. 1).

A educação escolar, pela sua relevante contribuição na formação de pessoas, deve assumir uma dimensão histórica, considerando que se apropria de temas que estão postos na realidade do cenário social. Esses temas devem nortear suas ações como objeto de conhecimento dos docentes para trabalhar

nas salas de aula com os alunos, a fim de promover o estudo, o debate, a pesquisa e a socialização de informações que possam desmistificar a discriminação e os preconceitos ainda tão arraigados no ambiente escolar.

No Brasil, ocorreram inúmeras tentativas que se iniciaram na década de 20 (séc. XX) e percorreram outras quadras históricas até atingir o início deste milênio, buscando implantar uma educação sexual nas escolas brasileiras.

Embora ainda recente, a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira ocorreu a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Esforços vêm sendo empreendidos para uma mudança de mentalidades. Não obstante, ainda nos deparamos com práticas que não se imbricam no sentido de fazer da escola um espaço solidário, livre de preconceitos e discriminação.

A escola ainda converge para atitudes de normalização, disciplinamento e ajustamento heteronormativo de corpos, mentes, identidades e sexualidades, não levando em conta que a diversidade é um termo utilizado para definir as múltiplas expressões da sexualidade. Como o próprio nome diz, não existe um padrão que possibilite definir o envolvimento afetivo e sexual de um indivíduo em relação ao outro.

No entanto, em nossa sociedade, o sujeito de direitos (quanto à expressão das diferentes possibilidades da sexualidade) não é plenamente respeitado, ou seja, é submetido à discriminação e ao preconceito em função da sua orientação sexual. Para aqueles ou aquelas que desobedecem à norma heterossexual, poucas são as alternativas que lhes restam. Quando muito o silêncio, a dissimulação, a humilhação pública, a segregação e a violência. E assim a sociedade dissemina-se numa cultura denominada de homofóbica.

Segundo Cavaleiro (2010, p. 44), “a diversidade de orientação sexual não deveria determinar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois isso favorece a discriminação e cristaliza o caráter flexível do desejo humano”.

Leva-se em conta ainda que, na contemporaneidade, adolescentes e jovens buscam cada vez mais acessar conhecimentos que se pulverizam sobre as mais diversas modalidades temáticas, com ênfase na sexualidade, através de suas relações sociais, da mídia ou da internet.

A categoria *família* é também outro fator de novidade em nossos tempos. Hoje é mais usual o termo *famílias*, devido aos vários arranjos

familiares, pois cresce o número de lares chefiados somente por mulheres, casais de homossexuais masculinos e femininos, com ou sem filhos, famílias reconstruídas, entre outras configurações, que necessitam ser pensadas em seus aspectos de diversidade e, ao mesmo tempo, em suas especificidades. (MOTA; ROCHA, 2008).

Essa diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira de acordo com Miotto (1997), nos leva a definir a família como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos.

Por outro lado, observa-se que a escola brasileira, na sua gênese, era um espaço que foi constituído para a formação masculina e se dedicava a formar os filhos dos senhores. Porém, no decorrer do tempo, procurou se adaptar a uma sociedade que evidencia significativas transformações dos pontos de vista econômico, político e cultural.

Apesar de alguns saltos revolucionários, entretanto, a escola não se adaptou de todo aos tempos modernos, visto que ainda desenvolve práticas pedagógicas calcadas numa visão machista quanto às relações de gênero.

Pode-se inferir que, até a década de 90, não havia um debate com vistas a um consenso em torno da orientação sexual nas escolas, cujas incipientes experiências ocorriam de forma isolada, não resultando em diretrizes educacionais que abarcassem todo o universo escolar.

As implementações da orientação sexual nas escolas sempre partiram da ótica dos valores morais, além de considerar o assunto na esfera do ambiente privado, de responsabilidade das famílias. A essa visão acrescentam-se as interferências religiosas no campo educacional, com um discurso contrário à utilização de métodos anticoncepcionais. (ROSEMBERG; PINTO, 1985).

Outra perspectiva que carece ser abordada é o fato de que a sexualidade sempre foi pensada numa perspectiva biológica e desprovida da sua dimensão cultural e histórica.

Entendemos que cabe à orientação sexual propiciar uma visão ampla e profunda da sexualidade humana, favorecendo a reflexão sobre a mesma, assim como estimular a liberdade de expressão abrangendo o contexto social e político cultural, nos quais a discussão sobre a sexualidade está inserida. (PINTO, 1995, p. 3).

Embora estejamos no século XXI, observa-se que não existe uma predisposição quanto a orientar os alunos para serem sujeitos críticos, pensantes e que questionem a sua realidade. Ainda nos deparamos com uma concepção de educação que Freire (1983) denomina de “educação bancária”, ou seja,

na concepção bancária (burguesa), o educador é o que sabe e os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa e os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra e os educandos, os que escutam docilmente; o educador é o que opta e prescreve sua opção e, os educandos, os que seguem a prescrição; o educador escolhe o conteúdo programático e os educandos jamais são ouvidos nessa escolha e se acomodam a ela; o educador identifica a autoridade funcional, que lhe compete, com a autoridade do saber, que se antagoniza com a liberdade dos educandos, pois os educandos devem se adaptar às determinações do educador; e, finalmente, o educador é o sujeito do processo, enquanto os educandos são meros objetos [...]. (FREIRE, 1983, p. 67-68).

A crítica de Freire (1983) infere que a educação bancária tem por finalidade manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem, entre os oprimidos e os opressores. Ela nega a dialogicidade, ao passo que a educação problematizadora funda-se justamente na relação dialógico-dialética entre educador e educando e ambos aprendem juntos.

Nessa perspectiva, compreende-se que o ato de educar vai além de informar, de transmitir conteúdos com os quais os alunos não se identifiquem ou possam aplicar na vida cotidiana. A diversidade está posta nas escolas de todo o nosso país. Assim, exigem-se do educador metodologias e posturas pedagógicas que contemplem as diversidades existentes no universo escolar, além de visões de mundo mais ampliadas e que abarquem as demandas contemporâneas mais abrangentes, no que diz respeito, principalmente, à questão da sexualidade na escola, como objeto da presente reflexão.

Observamos que os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem “viver seus desejos e prazeres corporais” de muitos modos. Suas identidades sexuais se

constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros(as) do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros(as). Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero. É evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito freqüentemente as confundem tornando difícil pensá-las distintivamente. [...] O que importa aqui considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. (LOURO, 1997, p. 26-27).

Considerações finais

A diversidade sexual inscreve-se no contexto da diversidade cultural e necessita de discussões que possam ampliar os debates no âmbito escolar. Trata-se, portanto, de um ambiente privilegiado para a formação de cidadãos críticos com capacidade para compreender que a diversidade sexual apresenta-se sob diferentes formas de expressão da sexualidade humana e contempla pessoas que seguem uma determinada orientação sexual, seja heterossexual, homossexual, bissexual, entre outras.

É necessário atentar para o fato de que essa invisibilidade da temática das sexualidades nas escolas pode subsidiar ações entre os alunos, para que as violências se perpetuem. É importante que haja um engajamento de todos os sujeitos envolvidos no processo, de modo a tornar a temática evidente e na pauta de discussões e reflexões, de modo a buscar formas metodológicas eficientes para o tratamento da questão educacional. Iniciativas dessa ordem podem conduzir crianças e jovens a aceitarem os comportamentos que se delineiam no âmbito da diversidade, como a homossexualidade e a bissexualidade.

No retorno à epígrafe anteriormente enunciada, se não há um único jeito de ser menino ou de ser menina, de ser homem ou de ser mulher, é porque existem diferentes formas de ser e de viver, assim como há diferentes formas de expressar a sexualidade, de amar e de desejar.

Outrossim, expressa-se o desejo premente da construção de uma sociedade e de uma escola justa, solidária, livre de preconceito e discriminação, no sentido de identificar as dificuldades para enfrentá-las na

Referências

- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, ano 9, n. 576, p. 575-585, jul.-dez. 2001.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética, direitos humanos e diversidade. In: *Ética e direitos humanos: unidade e diversidade do Fórum Social Mundial*. 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/Cadernos37.PDF>>. Acesso em: 4 nov. 2011.
- CAVALEIRO, Maria Cristina. *Diversidade sexual no contexto escolar: é preciso desafiar o currículo Março 2010*. Disponível em: <<http://khristaiaamaa.com/diversidade.blogspot.com/2010/03/diversidade-sexual-no-contexto-escolar.html>>. Acesso em: 13 nov. 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 55, p. 114-130, 1997.
- MOTA, Adriana; ROCHA, Regina (Org.). *Sexualidade na adolescência e escola*. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2008.
- MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. (Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórica Metodológica – SP). s/d. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org/downloads/05diversidade.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2011.
- PINTO, Maria Cristina Domingues. Orientação sexual e educação sexual. *Boletim GTPOS*, Belo Horizonte, n. 4, p. 1-4, jul./set. 1995.
- ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim. *A educação da mulher*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. *Revista Científica de Información y Comunicación*, Sevilla, n. 3, p. 5-16, 2006.
- WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

